


## **CÓDIGO DE CONDUTA**

### **GABINETE DE INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES MARÍTIMOS E DA AUTORIDADE PARA A METEOROLOGIA AERONÁUTICA**

## VALIDAÇÃO

	NOME/CARGO	RÚBRICA/DATA
APROVADO POR:	MIGUEL SEQUEIRA / DIRETOR	 09/03/2018

## REGISTO DE EDIÇÕES/ALTERAÇÕES

EDIÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES
01	09/03/2018	N/A

## ÍNDICE

CAPÍTULO I	
Disposições gerais .....	3
CAPÍTULO I	
Normas de conduta .....	6
CAPÍTULO I	
Boas práticas .....	9
CAPÍTULO I	
Disposições finais .....	11

*(deixada intencionalmente em branco)*

O Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que funciona no âmbito do Ministério do Mar.

Como autoridade supervisora nacional em matéria de meteorologia aeronáutica civil, o GAMA tem por missão assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da regulamentação do céu único europeu, garantir o cumprimento das normas e recomendações que decorrem da ratificação da Convenção sobre Aviação Civil Internacional e das normas e procedimentos emanados da Organização Meteorológica Mundial, no âmbito da meteorologia aeronáutica.

Como órgão de investigação de acidentes no setor do transporte marítimo, o GAMA tem por missão investigar os acidentes e incidentes marítimos, com a maior eficácia e rapidez possível, visando identificar as respetivas causas, elaborar e divulgar os correspondentes relatórios e emitir recomendações em matéria de segurança marítima que visem reduzir a sinistralidade marítima.

Atentas as áreas de intervenção do GAMA e reconhecendo a necessidade de definir orientações de conduta a adotar pelos dirigentes e demais trabalhadores, no relacionamento entre si, com os cidadãos, entidades públicas e privadas, órgãos de comunicação social, administrações e autoridades nacionais e internacionais, reafirmando os princípios e deveres já consagrados na legislação vigente aplicável em matéria de atuação administrativa e de deontologia do Serviço Público, designadamente de prevenção de conflitos de interesses, impõe-se dotar o GAMA de um instrumento orientador que contribua para o reforço de uma cultura administrativa de rigor e transparência neste domínio.

Assim, tendo presente o quadro normativo com destaque especial para o Código do Procedimento Administrativo, o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da Administração central, regional e local do Estado, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os princípios consagrados na Carta Ética da Administração Pública e em acolhimento da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção em matéria de gestão de conflitos de interesse no setor público (Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro), dando cumprimento ao artigo 12.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, de 8 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 21 de setembro, aprovo o presente Código de Conduta, o qual deve ser publicitado na página eletrónica do GAMA, bem como divulgado junto de todos os trabalhadores.

Em 9 de março de 2018,

O Diretor do GAMA

Miguel Sequeira

*(deixada intencionalmente em branco)*

# CÓDIGO DE CONDUTA

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### OBJETO

O Código de Conduta do Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) estabelece um conjunto de princípios gerais e normas de conduta ética que devem pautar a atuação de todos os trabalhadores em exercício de funções no GAMA, sem prejuízo da observância de outras normas de conduta decorrentes da lei.

#### ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- 1 – O presente Código de Conduta aplica-se a todos os trabalhadores no exercício de funções no GAMA.
- 2 – O disposto no presente Código aplica-se ainda aos colaboradores do GAMA, no âmbito de prestação de serviços ou protocolos de cooperação.

#### PRINCÍPIOS GERAIS DE CONDUTA

Os trabalhadores do GAMA devem pautar o exercício da sua atividade profissional no respeito pelos seguintes princípios:

- a) **Legalidade** – Os trabalhadores devem atuar em conformidade com os princípios constitucionais e no rigoroso respeito das leis, bem como cumprir todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade, dentro dos limites dos poderes que lhe forem conferidos.
- b) **Prosecução do Interesse Público** – Os trabalhadores encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, devendo pautar a sua atuação prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.
- c) **Hierarquia** – Os trabalhadores, no exercício das suas funções, devem respeitar e fazer respeitar as ordens legítimas de órgãos ou trabalhadores aos quais estejam subordinados hierarquicamente.

- d) **Justiça e Imparcialidade** – Os trabalhadores devem tratar de forma justa e imparcial todos aqueles que se relacionem com o GAMA, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.
- e) **Igualdade** – Os trabalhadores não podem beneficiar ou prejudicar qualquer pessoa ou entidade em razão da sua raça, sexo, idade, ascendência, idioma, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, condição social ou situação económica.
- f) **Proporcionalidade** – Os trabalhadores devem adotar os comportamentos adequados aos fins prosseguidos, considerada sempre a prossecução do interesse público.
- g) **Boa-Fé** – Os trabalhadores, no exercício da sua atividade, devem interagir com os cidadãos, trabalhadores, órgãos e serviços da Administração Pública, fomentando a sua participação na realização da atividade administrativa, de acordo com as regras da boa-fé.
- h) **Informação e Audição** – Os trabalhadores devem prestar aos cidadãos, trabalhadores e aos órgãos e serviços da Administração Pública, todas as informações e/ou esclarecimentos pretendidos, de forma clara, simples, cortês e célere, bem como estimular e apoiar as suas iniciativas, receber as suas sugestões e reclamações e tratá-las com vista à melhoria contínua do serviço prestado e da satisfação dos utentes do serviço.

## VALORES ÉTICOS DE CONDUTA PROFISSIONAL

Os trabalhadores do GAMA, no exercício das respetivas funções, devem atuar sempre no respeito pelos seguintes valores profissionais:

- a) **Lealdade e Colaboração** – Os trabalhadores, no exercício da sua atividade, devem atuar sempre de forma leal, solidária e cooperante e exibir diligência e disponibilidade para com o serviço e os seus utentes.
- b) **Integridade** – Os trabalhadores devem atuar, em todas as circunstâncias, com retidão de carácter, honestidade pessoal e profissional e respeito pelos demais, não podendo adotar quaisquer atos que possam de algum modo prejudicar os restantes trabalhadores ou as pessoas ou entidades com as quais se relacionem.
- c) **Competência e Responsabilidade** – Os trabalhadores devem agir de forma competente e responsável, dedicada e crítica, empenhando-se em cultivar o permanente e sistemático conhecimento e atualização profissionais, com vista ao bom desempenho do seu posto de trabalho e respetiva valorização pessoal e profissional.
- d) **Qualidade e Inovação** – Os trabalhadores devem prestar um serviço de elevada qualidade técnica, com credibilidade, responsabilidade e competência e apresentar e/ou colaborar nos processos de melhoria organizacional, no âmbito das opções estratégicas fixadas superiormente.



- e) **Confidencialidade** – Os trabalhadores, no exercício das suas funções, devem pautar a sua atuação com terceiros em respeito absoluto pela confidencialidade dos processos e pessoas ou trabalhadores envolvidos.
- f) **Solidariedade e Responsabilidade Social** – Os trabalhadores comprometem-se a conduzir a sua atuação com respeito aos valores da pessoa e dignidade humanas, da cidadania e da inclusão.

## CAPÍTULO II

### Normas de conduta

#### SIGILO PROFISSIONAL

- 1 – Os trabalhadores estão sujeitos ao dever de sigilo profissional, não podendo divulgar nem utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, direta ou por interposta pessoa, informações e dados obtidos no âmbito do seu exercício de funções.
- 2 – O dever de sigilo profissional relativo à informação a que os trabalhadores, no exercício das suas funções, tiveram acesso, mantém-se após o termo do exercício de funções no GAMA.
- 3 – Estão abrangidos pelo sigilo profissional a palavra-passe e outros meios de autenticação de acesso a sistemas ou plataformas informáticas ou a bases de dados do GAMA ou de outras entidades públicas, estando os trabalhadores obrigados a manter a sua confidencialidade.
- 4 – O acesso não justificado a dados ou a informação institucional subordinada a sigilo constitui, nos termos da lei, violação do dever profissional, fazendo incorrer o infrator, em responsabilidade disciplinar.

#### TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E DOS DADOS PESSOAIS

- 1 – Sem prejuízo do disposto na lei quanto ao acesso aos documentos administrativos, os trabalhadores devem proceder em obediência a parâmetros da adequação, necessidade e proporcionalidade, atuando de forma ponderada e diligente no tratamento e divulgação da informação.
- 2 – Os trabalhadores que acedam, trabalhem ou, de qualquer forma, tomem conhecimento de dados pessoais relativos a pessoas singulares ou coletivas, ficam obrigados a respeitar as disposições legalmente previstas relativamente à proteção de tais dados, não os podendo utilizar senão para os efeitos impostos ou inerentes às funções que desempenham no GAMA.
- 3 – A proteção dos dados de natureza pessoal de todos os cidadãos ou trabalhadores que interagem com o GAMA, obriga todos os trabalhadores do GAMA, sendo a sua violação passível de procedimento disciplinar.

## OFERTAS, CONVITES E BENEFÍCIOS

- 1 – Os trabalhadores do GAMA não podem oferecer, solicitar, receber ou aceitar, para si ou para terceiros, quaisquer convites para eventos sociais, institucionais ou culturais, ou outros benefícios similares, dádivas e gratificações, recompensas, presentes ou ofertas, em virtude do exercício das suas funções, que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das suas funções.
- 2 – Para efeitos do presente Código, entende-se que existe um condicionamento da imparcialidade e integridade das funções, quando estiverem em causa convites ou outros benefícios similares, a oferta de bens, consumíveis ou duradouros, cujo valor estimado for igual ou superior a 150 €.
- 3 – O valor das ofertas é contabilizado no cômputo de todas as ofertas de uma mesma pessoa, singular ou coletiva, no decurso de um ano civil.
- 4 – Todos os convites ou ofertas abrangidas pelo n.º 2 que constituam ou possam ser interpretadas, pela sua recusa, como uma quebra de respeito interinstitucional, designadamente no âmbito da representação formal ou relação institucional do GAMA, devem ser aceites em nome do Estado.
- 5 – Caso um trabalhador seja incumbido de entregar a terceiro uma oferta institucional do GAMA, deve evidenciar claramente a natureza institucional da mesma.
- 6 – Sempre que um trabalhador no exercício das suas funções e no âmbito da representação do GAMA receba uma oferta institucional, deverá entregá-la, logo que regresse às instalações do GAMA, ao dirigente máximo que procederá ao seu registo.

## CONFLITO DE INTERESSES

- 1 – Os trabalhadores devem abster-se de participar em qualquer situação suscetível de dar origem, direta ou indiretamente, a conflitos de interesses reais ou potenciais.
- 2 – Para efeitos do presente Código de Conduta, considera-se conflito de interesses qualquer situação em que um agente público, por força do exercício das suas funções ou por causa delas, tenha de tomar decisões ou tenha contacto com procedimentos administrativos de qualquer natureza, que possam afetar, ou em que possam estar em causa, interesses particulares, seus ou de terceiros e que por essa via prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas ou que possam suscitar a mera dúvida sobre a isenção e o rigor que são devidos ao exercício de funções públicas.
- 3 – Podem igualmente ser geradoras de conflitos de interesse, situações que envolvam trabalhadores do GAMA que deixaram o cargo ou as funções para assumir outras funções,

públicas ou privadas, como trabalhadores, consultores ou outras, porque participaram, direta ou indiretamente, em decisões que envolveram a entidade visada na qual ingressaram, ou tiveram acesso a informação privilegiada com interesse para essa entidade.

## ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- 1 – As funções públicas são, em regra, exercidas em regime de exclusividade, podendo os trabalhadores acumular atividades, públicas ou privadas, nos termos legalmente estabelecidos, desde que prévia e devidamente autorizadas.
- 2 – Os trabalhadores que se encontrem em regime de acumulações de funções devem declarar, por escrito, que as atividades que desenvolvem não colidem sob qualquer forma com as funções públicas que desempenham no GAMA nem colocam em causa a isenção e o rigor que pautam a sua atuação.
- 3 – Os trabalhadores do GAMA que exerçam qualquer outra atividade em regime de acumulação devem evitar situações em que, de alguma forma, afetem o seu estatuto e a credibilidade públicos.
- 4 – Em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, os trabalhadores devem renunciar, de imediato, ao desenvolvimento de qualquer atividade para além das respetivas funções públicas.
- 5 – Fora da prestação de serviço público que lhes incumbe, os trabalhadores devem abster-se de prestar assistência ou assessoria que, de alguma forma, possa ser ou parecer tratamento preferencial de terceiros.

## UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

- 1 – Os trabalhadores, no exercício da sua atividade, devem efetuar uma utilização racional dos recursos físicos, técnicos e tecnológicos afetos à atividade ao GAMA e à sua disposição.
- 2 – Os trabalhadores devem zelar pela conservação dos bens e equipamentos à sua disposição, devendo respeitar, proteger e não fazer uso abusivo do património do GAMA, assegurando a sua utilização exclusiva para os fins a que se destinam.

## RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Os trabalhadores devem adotar as melhores práticas de proteção do ambiente, nomeadamente, promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental da sua atividade.

## CAPÍTULO III

### Boas práticas

#### RELAÇÕES INTERNAS

1 – Os trabalhadores devem, na sua conduta interpessoal, promover a existência de relações cordiais e saudáveis, designadamente, adotando os seguintes comportamentos:

- a) Fomentar o respeito pelo próximo, disponibilidade para o outro, partilha de informação, espírito de equipa e de pertença ao GAMA;
- b) Agir com cortesia, bom senso e autodomínio na resolução das situações que se lhes apresentem em contexto profissional;
- c) Abster-se de qualquer comportamento que possa interferir com o normal desempenho da sua função.

2 – No exercício das suas funções, os trabalhadores devem agir com lealdade, espírito de equipa e zelo, em cumprimento das tarefas que lhes são atribuídas.

3 – Os trabalhadores com funções dirigentes devem, no âmbito da respetiva unidade orgânica que dirigem e nas relações intrainstitucionais, desenvolver e incutir aos seus colaboradores uma cultura de respeito, rigor, zelo e transparência, estimulando o diálogo, o espírito de equipa, colaboração e partilha, no seio do serviço.

#### RELAÇÕES EXTERNAS

1 – Os trabalhadores devem assegurar o bom relacionamento na interação com terceiros, no âmbito do exercício das suas funções, atuando sempre de modo diligente, cordial e cooperante.

2 – Os trabalhadores devem, ainda, pautar-se por princípios de respeito, disponibilidade, eficiência, correção e cortesia, devendo fornecer as informações e os esclarecimentos que lhes sejam solicitados, salvaguardando o êxito das ações e o dever de sigilo profissional que lhes está adstrito.

3 – É proibido aos trabalhadores, a realização de quaisquer diligências em nome do GAMA, sem que para tal estejam efetivamente mandatados ou que possam violar a lei.

## RELAÇÕES COM ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os trabalhadores do GAMA devem abster-se de por sua iniciativa ou a pedido de qualquer órgão de comunicação social, prestar qualquer esclarecimento ou informação sobre a atividade do GAMA e/ou qualquer procedimento administrativo concreto em que tenham tido intervenção, remetendo o contacto para o dirigente máximo do GAMA.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições finais**

#### **PARTICIPAÇÃO E REVISÃO**

- 1 – O presente Código do Conduta, bem como todas as suas atualizações, é objeto da participação de todos os trabalhadores do GAMA.
- 2 – O presente Código pode ser revisto a todo o tempo, por despacho do dirigente máximo do GAMA.
- 3 – Os trabalhadores do GAMA podem apresentar contributos de melhoria que contribuam para o reforço dos objetivos de confiança e probidade.
- 4 – Quaisquer dúvidas de interpretação e/ou lacunas são decididas por despacho do dirigente máximo do GAMA.

#### **ENTRADA EM VIGOR E PUBLICIDADE**

O presente Código entra em vigor na data da sua aprovação e é publicitado na página eletrónica do GAMA, bem como divulgado junto de todos os trabalhadores.